

PODER

Reitores rechaçam intervenção externa

Para docentes, elevação de tarifas por Washington é política e clã Bolsonaro lesa a Pátria

» ALÍCIA BERNARDES*

Um grupo de ex-reitoras e ex-reitores de universidades federais brasileiras divulgou, ontem, um manifesto em defesa da soberania nacional e contra as recentes declarações do presidente Donald Trump. No texto, os integrantes do coletivo Reitores pela Democracia repudiavam a tentativa de interferência estrangeira no Judiciário brasileiro e denunciavam o caráter político da decisão norte-americana de elevar para 50% a tarifa de importação de produtos nacionais.

O estopim para a manifestação foi o fato de que a carta de Trump ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qual o presidente norte-americano informa sobre a elevação tarifária e utiliza, segundo os signatários, de argumentos falsos para acusar perseguição política a Jair Bolsonaro. O documento dos reitores classifica a medida como uma afronta à soberania brasileira e lembra que o ex-presidente foi condenado à inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político ao utilizar as comemorações do Bicentário da Independência para fazer campanha à reeleição.

"Essas atitudes caracterizam fortemente que o clã Bolsonaro e seus apoiadores lesam a Pátria e ignoram o povo brasileiro", afirmam os ex-reitores no manifesto. O grupo critica, ainda, a atuação do deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que atualmente vive nos Estados Unidos, e o acusa de usar recursos públicos para desacreditar as instituições brasileiras no exterior.

Transparência

Os reitores também destacam que o processo contra Bolsonaro está sendo conduzido de forma "democrática, soberana e transparente" pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Os ex-dirigentes universitários se somam a outros setores da sociedade — como lideranças políticas, economistas, reitores em exercício, cientistas e representantes do setor produtivo — contra a agressão comercial anunciada por Trump. Eles defendem a adoção de medidas de reciprocidade e instam o Congresso a atuar em defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito.

"Como educadores, gestores e pessoas da ciência, nos colocamos lado a lado à sociedade brasileira,

Reprodução/Redes sociais



Campanha nas redes para enfatizar o repúdio à interferência dos EUA

» Lula fará pronunciamento

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva gravou, ontem, um pronunciamento oficial sobre as tarifas impostas pelo presidente Donald Trump. O vídeo deve ser veiculado hoje em rede nacional de rádio e televisão. O tom, porém, deverá ser o mesmo da nota em resposta ao líder norte-americano — quando o presidente defendeu a soberania brasileira e a aplicação de medidas recíprocas aos Estados Unidos. O decreto que regulamenta a Lei da Reciprocidade Econômica foi publicado no Diário Oficial da União, na terça-feira. Aprovada pelo Congresso em 2 de abril, o dispositivo estabelece critérios de proporcionalidade para a adoção de medidas em resposta a barreiras impostas a produtos e interesses brasileiros.

Trump defende ex-presidente mais uma vez

Anna Moneymaker/Getty Images via AFP



Enquanto o governo brasileiro tenta afastar o ingrediente político das negociações, o presidente Donald Trump voltou, ontem, a defender Jair Bolsonaro — um dos argumentos usados para taxar o Brasil foi o julgamento por tentativa de golpe de Estado enfrentado pelo ex-presidente. "Conheço Bolsonaro e acredito que ele seja um homem honesto", disse. Também ontem, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso, chamando a Corte em rede social de "Supremo Tribunal de Moraes" ao se referir ao ministro Alexandre de Moraes, que conduz a ação contra Bolsonaro.

contra todos aqueles, brasileiros ou estrangeiros, que queiram atacar o Brasil. Não aceitamos interferência externa e condenamos os lesa-pátria que, daqui ou lá de fora, tramam contra nosso país", salientam os ex-reitores.

Da mesma forma como ocorreu no ataque do governo norte-americano ao Pix, o governo federal também subiu nas redes sociais uma campanha sobre a soberania nacional e mostrando que o brasileiro não aceitará nenhuma espécie

de intervenção externa. Em vídeo, observa que "aqui, quem manda é a gente" e que "Brasil se escreve com S e não com Z".

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

MDIC e Itamaraty reforçam pedido de diálogo

» EDUARDA ESPOSITO
» RAFAELA GONÇALVES
» FRANCISCO ÁRTUR DE LIMA

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, e o chanceler Mauro Vieira enviaram uma nova carta ao secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, e ao representante de Comércio do país, Jamieson Greer, em busca de um acordo sobre as tarifas de 50% sobre produtos brasileiros impostas pelo governo norte-americano. Alckmin afirmou que o governo brasileiro já havia enviado outras cartas formais aos Estados Unidos para negociar as tarifas, desde a primeira rodada de sanções, mas não obteve qualquer resposta.

"Nós enviamos uma carta há cerca de dois meses, tratando de um possível acordo, de entendimento. Mas, até agora, não tivemos resposta. Então, o que vamos fazer agora é encaminhar uma nova carta, reafirmando que seguimos aguardando retorno e seguimos empenhados em resolver esse problema", disse, para acrescentar: "Queremos negociação. O bom é que se resolva nos próximos dias. Se houver necessidade nessa negociação de prorrogar (o prazo para



Queremos negociação. O bom é que se resolva nos próximos dias. Se houver necessidade nessa negociação de prorrogar (o prazo para início das tarifas), não vejo problema"

Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, depois de reunir-se com o presidente da Câmara Americana de Comércio para Brasil

início das tarifas), não vejo problema", afirmou Alckmin, ontem, após reunião com o presidente da Câmara Americana de Comércio para Brasil (Amcham Brasil), Abrão Neto, na sede do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

No novo documento, o Brasil manifestou "indignação" com o anúncio feito em 9 de julho, que impôs a tarifa de 50% sobre todos os produtos brasileiros exportados aos EUA a partir de 1º de agosto. Em nota oficial, o governo brasileiro advertiu que a medida pode ter "impacto muito negativo em setores importantes de ambas as economias" e ameaçar "uma parceria

econômica historicamente forte e profunda" entre os dois países.

"Nos dois séculos de relacionamento bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, o comércio prosperou por ser um dos alicerces mais importantes da cooperação e da prosperidade entre as duas maiores economias das Américas", afirma.

Desde antes da adoção das chamadas tarifas recíprocas, em 2 de abril, o Brasil diz ter mantido "conversas contínuas e de boa-fé" com autoridades norte-americanas. De acordo com a nota, o objetivo sempre foi buscar "alternativas para aprimorar o comércio bilateral", mesmo diante de um desequilíbrio persistente na balança comercial.

O documento destaca, ainda, que o Brasil acumula déficits comerciais com os EUA que somam quase US\$ 410 bilhões nos últimos 15 anos — tanto em bens quanto em serviços.

Minuta confidencial

Com o intuito de destravar as negociações, o governo brasileiro afirma ter apresentado, em 16 de maio, uma "minuta confidencial de proposta" que indicava áreas nas quais seria possível avançar em soluções conjuntas. Até o momento, segundo o Ministério das Relações Exteriores, não houve resposta oficial do governo norte-americano.

"Com base nessas considerações e à luz da urgência do tema, o governo do Brasil reitera seu interesse em receber comentários do governo dos EUA sobre a proposta brasileira", diz o comunicado.

"O Brasil permanece pronto para dialogar com as autoridades americanas e negociar uma solução mutuamente aceitável sobre os aspectos comerciais da agenda bilateral, com o objetivo de preservar e aprofundar o relacionamento histórico entre os dois países e mitigar os impactos negativos da elevação de tarifas em nosso comércio bilateral", completa.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Trump deu a Lula uma bandeira nacional: "O Pix é nosso!"

Depois do tarifaço de 50% sobre as exportações brasileiras, o presidente Donald Trump resolveu abrir investigações sobre supostas violações das relações comerciais entre os dois países, cujos alvos vão do comércio da Rua 25 de Março, em São Paulo, o maior mercado fornecedor de pequenos empreendedores do país, à utilização do Pix como meio de pagamento. Isso deu de bandeja para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma bandeira popular até então improvável: "O Pix é Brasil e dos brasileiros".

Em janeiro passado, a fake news de que as operações com o Pix seriam taxadas pelo governo federal foi o principal gatilho para a queda abrupta de popularidade de Lula, num momento em que a economia registrava crescimento, pleno emprego e elevação da renda média. Agora, o que foi uma de suas maiores dores de cabeça, o Pix virou bálsamo para o governo, em meio à maior crise diplomática e comercial com os Estados Unidos.

O sistema de pagamentos instantâneos lançado pelo Banco Central (BC) em 2020, ou seja, em pleno governo Bolsonaro, tornou-se símbolo de modernização, inclusão financeira e, agora, de soberania nacional. Com mais de 175 milhões de usuários e aceitação quase universal — 93% da população adulta utiliza o serviço —, é o meio de pagamento mais popular do país. Supera dinheiro físico, TEDs, DOCs e cartões de débito, e ameaça o mercado de crédito com ferramentas como o Pix Parcelado e o Pix Automático.

Qual a verdadeira razão de Trump mandar investigar o Pix? Por trás da sua decisão, estão a Meta e as bandeiras de cartão de crédito norte-americanas Mastercard e Visa. O sucesso doméstico do Pix contraria essas empresas de tecnologia dos Estados Unidos. Um comunicado recente do USTR (United States Trade Representative), embora não cite explicitamente o Pix, afirma que o Brasil "pode prejudicar a competitividade de empresas americanas" nos setores de comércio digital e pagamentos eletrônicos.

O órgão cita supostas restrições à operação de big techs e retaliações por "não censurarem discursos políticos", uma alusão à regulação das redes sociais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas a verdadeira causa é o fato de a Meta, dona do WhatsApp, não ter conseguido transformar o Brasil em vitrine de um sistema de pagamentos via esse aplicativo. Em 2020, o BC e o Cade retardaram o lançamento do serviço, alegando riscos ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). Quando o WhatsApp Pay chegou ao mercado, em maio de 2021, o Pix já dominava as transferências entre pessoas físicas. As bandeiras Visa e Mastercard, que concentram o mercado de cartões no Brasil, também perderam terreno: o Pix eliminou tarifas e universalizou transferências, por fora do controle privado.

QUAL A VERDADEIRA RAZÃO DE TRUMP MANDAR INVESTIGAR O PIX? POR TRÁS DA SUA DECISÃO, ESTÃO INTERESSES DA META E DAS BANDEIRAS DE CARTÃO DE CRÉDITO MASTERCARD E VISA

Moderno e eficiente

O Pix é um "case" de moderno e universal sistema de pagamentos, que pode ser adotado por qualquer outro BC. Nos EUA, o FedNow, sistema de pagamentos instantâneos do Federal Reserve (o BC norte-americano), tem adesão voluntária e disputa espaço com serviços privados como RTP e Zelle. No Brasil, a participação compulsória de bancos e instituições de pagamento garantiu essa universalidade e a inclusão de microempreendedores e trabalhadores informais no sistema financeiro. O Pix e as fintechs "bancaizaram" cerca de 60 milhões de brasileiros em 10 anos.

A decisão de Trump contra o Pix escala a crise comercial e diplomática, com o agravante de que agride a institucionalidade de nossa economia naquilo que ela tem de mais moderno e eficiente: sua superestrutura financeira. Entretanto, do ponto de vista político, favorece em muito Lula, que agora tem uma bandeira de campanha muito popular. A campanha "O petróleo é nosso", na década de 1950, que contrariou os EUA, por exemplo, levou à criação da Petrobrás, que é um símbolo da soberania nacional até hoje.

Lula adotou um tom firme e nacionalista. "O Pix é do Brasil e dos brasileiros! Parece que nosso Pix vem causando um ciúme danado lá fora, viu? Tem até carta reclamando da existência do nosso sistema seguro, sigiloso e sem taxas. Só que o Brasil é o quê? Soberano. E tem muito orgulho dos mais de 175 milhões de usuários do Pix, que já é o meio de pagamento mais utilizado pelos brasileiros. Nada de mexer com o que tá funcionando", publicou o perfil oficial do governo nas redes sociais.

As tensões em torno do Pix, porém, somam-se a um cenário ainda muito complicado, por causa das tarifas impostas pelo governo norte-americano a produtos brasileiros. Segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o chamado tarifaço pode reduzir em R\$ 19,2 bilhões o PIB brasileiro (-0,16%), derrubar exportações em R\$ 52 bilhões e extinguir 110 mil empregos. Os estados mais prejudicados serão São Paulo (-R\$ 4,4 bi), Rio Grande do Sul (-R\$ 1,9 bi), Paraná (-R\$ 1,9 bi), Santa Catarina (-R\$ 1,7 bi) e Minas Gerais (-R\$ 1,66 bi).

Setores como aeronaves e embarcações (-22,3% nas exportações), tratores e máquinas agrícolas (-11,3%) e carnes de aves (-11,3%) serão os mais atingidos. Os EUA absorveram 78,2% das exportações da indústria brasileira em 2024. A CNI calcula que o tarifaço pode derrubar o PIB americano em 0,37% e provocar uma retração de 2,1% no comércio mundial (US\$ 483 bilhões). Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, trata-se de uma política "perde-perde".